



© Josh Estey/CARE

#SheLeadsInCrisis

OLOCANDO A JUSTIÇA DO GÉNERO NO CENTRO DA RESPOSTA GLOBAL PARA CRISE CLIMÁTICA

A dupla injustiça de desigualdade de género e as mudanças climáticas

A metade mais pobre da população mundial - 3,5 bilhões de pessoas - é responsável por apenas 10% das emissões de gases de efeito estufa que provocam o aquecimento global, enquanto os 10% mais ricos do mundo são responsáveis por cerca de 50% das emissões globais¹. No entanto, os países em desenvolvimento são os mais afectados pelos impactos da mudança climática e já estão suportando até 80% dos custos da mudança climática² - inclusive através de insegurança alimentar, migração forçada, danos à propriedade e activos produtivos e meios de vida reduzidos. Os mais pobres do mundo são também os que têm menos recursos para lidar com eventos climáticos extremos; tais como, aumento do nível do mar e diminuição da produção de alimentos. A crise da COVID-19 serve como um lembrete de que a construção de resiliência antes da crise salva mais vidas e reduz a necessidade de respostas humanitárias caras.

A desigualdade de género é uma injustiça social de longa data e generalizada. As disparidades de género continuam a existir em todo o mundo. Relativamente a oportunidades de educação e emprego; acesso, uso e controlo de recursos; assim como participação na tomada de decisão entre mulheres, homens, meninas e meninos. Nem um único país alcançou a igualdade de género.

Mudança climática não é neutra ao género

- Em 2018, a fome mundial aumentou pelo terceiro ano consecutivo, atingindo 821 milhões de pessoas³, e é particularmente aguda em países agrários que dependem de chuvas ou sofrem secas. Quando a comida é escassa, as mulheres e meninas sofrem mais - muitas vezes sendo as últimas a comer, e carregando um fardo crescente à medida que a mudança climática afecta os meios de subsistência rurais.
- Em média, 26 milhões de pessoas são deslocadas por desastres como inundações e tempestades todos os anos. Isto é uma pessoa forçada a fugir a cada segundo⁴. 80% das pessoas deslocadas pelas mudanças climáticas são mulheres⁵.
- Mulheres e crianças têm uma probabilidade 14 vezes maior do que os homens de morrer durante um desastre⁶. 96% das mortes nas inundações de 2014 nas Ilhas Salomão eram mulheres e crianças⁷.
- A representação média das mulheres nos órgãos nacionais e globais de negociação climática em 2015 ficou abaixo de 30%⁸.
- Apenas 0,01% de todo o financiamento mundial apoia projectos que abordam mudanças climáticas e direitos das mulheres⁹.

A dupla injustiça é que as desigualdades de gênero - na medida em que possam parecer removidas dum problema que começou com as emissões de gases de efeito estufa - estão profundamente relacionadas às causas e impactos desigualmente distribuídos das mudanças climáticas nas pessoas que vivem na pobreza. Os impactos das mudanças climáticas são diferentes com base no Gênero de alguém. Três factores-chave explicam por que mulheres e meninas são mais vulneráveis que os homens aos impactos da mudança climática:

- 1. A crise climática exacerba a desigualdade de gênero e dificulta a justiça de gênero.** Um efeito primário, directo da mudança climática é que as crianças, predominantemente meninas, são frequentemente mantidas fora da educação para ajudar nas tarefas domésticas cada vez mais onerosas. Além disso, quando a renda familiar a partir de agricultura despenca devido a secas ou inundações, os pais não podem mais pagar as mensalidades da escola e, portanto, optam por fazer suas meninas casar cedo, para que haja menos boca para alimentar.
- 2. Normas e barreiras sociais e culturais significam que é menos provável que as mulheres sejam envolvidas nas decisões sobre como lidar com as mudanças climáticas.** Dentro da família e nas comunidades, a tomada de decisão sobre o uso da renda, bens e tempo da família é frequentemente liderada por homens, geralmente sem o envolvimento ou espaço das mulheres para comunicar suas necessidades ou prioridades. Também, é menos provável que as mulheres tenham acesso e controlo sobre os recursos de que precisam para se preparar e se adaptar às mudanças climáticas, para se recuperar de seus impactos e transformar suas vidas. Em muitos contextos, a propriedade e a tomada de decisões sobre recursos financeiros, naturais e domésticos são detidas por homens e os papéis e responsabilidades das mulheres muitas vezes actuam como barreiras ao seu envolvimento na vida pública (por exemplo, incapazes de participar de reuniões da comunidade porque estão cuidando de crianças).
- 3. Mulheres e meninas fazem a maior parte da agricultura de subsistência em países pobres e são as principais fornecedoras de comida, água e combustível, que se tornam escassas devido às mudanças climáticas.** A agricultura é a principal fonte de subsistência para até 80% das mulheres economicamente activas nos países menos desenvolvidos. Cerca de 70% da comida em África é produzida principalmente por mulheres, enquanto na Ásia as mulheres contribuem com até 70% da produção de arroz. As mulheres são essenciais para a segurança alimentar de continentes inteiros e será fundamental apoiar sua capacidade produtiva para ajudar a recuperar de maneira susten-

tável a insegurança alimentar adicional que a crise da COVID-19 provavelmente gerará. Como muitas vezes elas não têm recursos económicos para instalar sistemas de irrigação, as agricultoras de pequena escala dependem da chuva. Quando há escassez de chuva, as famílias têm menos comida, menos dinheiro, e as mulheres tendem a comer menos a fim de economizar mais comida para seus filhos. Com o aumento da escassez de água ligada às mudanças climáticas, as mulheres precisam percorrer grandes distâncias para buscar água.

A justiça climática começa com ELA

As mulheres desempenham um papel central na resposta à crise climática, desenvolvendo soluções criativas e eficazes para construir a resiliência de suas comunidades aos stress e choques climáticos. O seu conhecimento e seu know-how deveriam ser melhor reconhecidos, valorizados e apoiados. As organizações de direitos das mulheres enfrentaram muitos desafios no acesso ao financiamento climático; portanto, é fundamental simplificar os requisitos de financiamento para elas estenderem e replicar modelos-piloto bem-sucedidos. Aumentar a participação e liderança das mulheres no desenho, implementação, monitoramento e avaliação das respostas climáticas garantirá que as políticas resultantes reduzam ambos os riscos relacionados ao clima e as barreiras à igualdade total, permitindo assim a recuperação a longo prazo e a justiça social para as populações afectadas.

Nacional e globalmente, a participação significativa das mulheres nas negociações e tomada de decisões climáticas precisa aumentar, visando a paridade de gênero e mais mulheres em cargos de liderança nas delegações do governo e o envolvimento com organizações de direitos das mulheres que estão na linha de frente da crise climática. Do Peru ao Vietname, do Malí a Vanuatu, a experiência programática da CARE demonstrou repetidamente que colocar as comunidades, particularmente populações marginalizadas, como mulheres e comunidades indígenas, no centro das iniciativas de adaptação e redução de riscos de desastres, tem impactos na capacidade das comunidades absorverem choques e gerar justiça social.

Por exemplo, no Mali, as mulheres que vivem em áreas rurais enfrentam obstáculos que muitas vezes dificultam o desenvolvimento, incluindo incapacidade de obter renda, alta carga de trabalho, baixa participação na tomada de decisões e falta de acesso à terra. Para abordar essas barreiras, o Projecto Harande da CARE implementa actividades focadas em gênero por meio de seus diferentes componentes do programa, o que levou a mudanças notáveis nos níveis doméstico e comunitário, como o empoderamento das mulheres para possuir, cultivar e gerenciar terras através das Escolas na Machamba e Negócios do Camponês.

Chamada da CARE para Acção Climática Justa ao Género

A mudança climática ameaça empurrar mais 100 milhões de pessoas à pobreza extrema até 2030¹⁰, corroendo décadas de progresso no desenvolvimento social e económico. As consequências humanitárias das mudanças climáticas aumentarão se o aquecimento global não for mantido abaixo de 1.5 ° C, conforme comprometido pelos líderes mundiais no Acordo de Paris em 2015.

Em 2020, os países vão rever suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), os planos nacionais de acção climática sob o Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas. Esse cronograma prevalece apesar do adiamento da COP26 e da crise COVID-19. Os compromissos climáticos actuais são inadequados, levando ao aumento da temperatura global entre 3 ° C e 4 ° C acima dos níveis pré-industriais, com efeitos devastadores¹¹. O mundo não pode se dar mais ao luxo de mais ignorar a gravidade da crise climática, assim como não pode ignorar a crise da COVID-19. Em vez disso, devemos mudar para uma resposta proporcional a esses desafios, de forma que as pessoas, principalmente as populações marginalizadas, como mulheres e comunidades indígenas, sejam o centro das políticas e acções climáticas. A boa notícia é que essas medidas, incluindo medidas de resposta e recuperação no COVID-19, têm o potencial de trazer enormes benefícios socio-económicos em termos de ambientes mais seguros, ar mais limpo, pobreza reduzida e maior igualdade.

Para enfrentar a emergência climática e alcançar a igualdade de género, a CARE International pede:

1. Todos os governos devem submeter Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) muito mais ambiciosas em 2020, de acordo com o limite de 1,5 ° C: Muitas soluções de mitigação, como energias renováveis, tornaram-se muito mais baratas e mais amplamente disponíveis do que cinco anos atrás, quando o Acordo de Paris foi estabelecido. Os governos

devem promover isso por meio das NDCs revistas e devem se comprometer com suas contribuições justas de, pelo menos, reduzir para metade as emissões globais até 2030. Infelizmente, as NDCs actuais das principais economias são amplamente insuficientes e colocam o mundo no caminho de + 3 ° C. As CNDs devem incluir o uso da natureza para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O estímulo económico e as medidas de recuperação em resposta ao COVID-19 devem ser consistentes com os objectivos do Acordo de Paris e são uma oportunidade fundamental para criar resiliência com baixo teor de carbono. Os governos também devem realizar um envolvimento significativo e abrangente de várias partes interessadas, incluindo mulheres e meninas, no processo de actualização de Consistência!

2. Países desenvolvidos para ampliar o financiamento público para a acção climática para os países em desenvolvimento, enquanto direccionam pelo menos 50% dos investimentos para a adaptação: Muitos países e comunidades não estão suficientemente preparados para se adaptar aos impactos adversos da crise climática, que já resulta em em amplo sofrimento humano, dificuldades económicas, distúrbios sociais e perdas culturais, com os pobres e marginalizados sendo particularmente vulneráveis. Sem adaptação, as mudanças climáticas podem diminuir o crescimento da produção agrícola global em até 30% até 2050¹², afectando mais severamente os 500 milhões de fazendas de pequena escala em todo o mundo. A Comissão Global de Adaptação declara que investir 1.8 trilhão de Dólares Americanos em todo o mundo de 2020 a 2030 em sistemas de alerta precoce, infraestrutura resiliente ao clima, agricultura de sequeiro melhorada, protecção de mangais e tornar os recursos hídricos mais resilientes pode gerar 7.1 trilhões de Dólares Americanos em benefícios líquidos totais. Há mais de dez anos, em Copenhaga, na COP15, os países desenvolvidos concordaram em mobilizar 100 bilhões de Dólares Americanos por ano até 2020 para ajudar os países em desenvolvimento a lidar com os impactos das mudanças climáticas e para equilibrar esses recursos entre adaptação e mitigação. No entanto, o



financiamento público global do clima, dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento, permanece lamentavelmente inadequado; totalizou US \$ 54,5 bilhões em 2017¹³ e a proporção desse financiamento para adaptação é inferior a 20%. Além disso, novas fontes de financiamento inovadoras, como taxas sobre exploração e aviação de combustíveis fósseis, devem complementar o financiamento dos países desenvolvidos.

- 3. Países doadores a estabelecer o apoio financeiro à acção climática justa por género, assegurando que pelo menos 85% do financiamento para adaptação climática também tenha como objectivo alcançar a igualdade de género (com base nos marcadores de OCDE¹⁴).** Aumentar e acelerar a acção climática também exigirá canalizar o financiamento na direcção certa. Os países desenvolvidos precisam continuar aumentando o financiamento para acções de mitigação, adaptação e perdas e danos além de 2020 e, isso deve apoiar acções que integrem acção climática e igualdade de género [6], incluindo acções climáticas realizadas por organizações de mulheres de base. Dado seu papel central nas respostas locais à crise climática, é fundamental que as organizações lideradas por mulheres e defensoras dos direitos das mulheres recebam os recursos necessários para cumprir seu mandato.
- 4. Governos, aos níveis local, nacional e internacional, para envolver sistematicamente mulheres e meninas no desenho,**

implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e acção climática que mostram um aumento da ambição:

As políticas de redução de riscos climáticos e de desastres devem ser informadas por rigorosa análise de género para garantir que eles abordem as desigualdades de género existentes e outras formas de exclusão social. Os formuladores de políticas devem se comprometer a aumentar a participação e a representação significativas de mulheres e grupos de mulheres com uma ampla gama de conhecimentos, incluindo representantes de jovens, em todas as negociações e órgãos negociadores globais de clima e em planos nacionais de clima. A capacidade de resposta ao género pode ser aprimorada através de um melhor alinhamento entre compromissos internacionais e políticas nacionais, maior coordenação institucional entre os ministérios do meio ambiente e dos direitos da mulher, capacitação, colecta de dados e informações de género desagregados por sexo e recursos financeiros dedicados.

Abordagem programática da CARE

No ano fiscal de 2019, a CARE alcançou mais de 780 milhões de mulheres e meninas em todo o mundo, através de projectos focados em segurança alimentar e nutricional e mudanças climáticas.

Os projectos de adaptação e redução de riscos de desastres baseados na comunidade da CARE provam que não só é possível, mas também necessário, combater a desigualdade de género e as mudanças climáticas simultaneamente, e que homens e mulheres podem desempenhar papéis complementares na construção da resiliência das comunidades aos impactos climáticos. Quanto melhor nossa compreensão de como a dinâmica de género influencia a vulnerabilidade das pessoas às mudanças climáticas, e quais opções elas têm para lidar com essas mudanças, melhor sucedido seremos em alcançar o grupo-alvo e planejar acções adequadas. A CARE visa garantir que as mulheres sejam capacitadas para se tornarem tomadoras de decisão e líderes nos esforços para enfrentar a crise climática e que todas as políticas, planos e práticas para lidar com as mudanças climáticas, reduzam os riscos de desastres e aumentem a resiliência, levem em conta e desafiem a dinâmica de género e normas sociais. A CARE também desempenhou um papel fundamental na defesa de políticas e acções sensíveis ao género nos níveis nacional e global.

TERRA DELA, FUTURO DELA REORGANIZANDO GRUPOS COMUNITÁRIOS PARA ASSEGURAR ACESSO À TERRA DE MULHERES NO MALÍ

O delta do Níger Interior e a bacia de Sourou, no Mali, formam um grande oásis verde na beira do deserto do Sahara e apóiam as condições de vida de dois milhões de pessoas. No entanto, os valiosos recursos naturais que a terra húmida fornece estão ameaçados, ameaçando a vida e a cultura das pessoas que dela dependem. Agricultores, pastores e pescadores dependem dos recursos do delta e das bacias, mas têm necessidades diferentes que podem levar a conflitos pelo uso da terra. Nos últimos anos, os rendimentos e a produção diminuíram devido à exploração excessiva das bacias, práticas insustentáveis de pesca, degradação ambiental e secas e inundações excessivas. Essa situação está tornando a população local, particularmente mulheres, crianças e idosos, vulnerável ao aumento dos níveis de pobreza, deixando-as expostas a choques e tensões e forçando algumas delas a deixar suas casas.

Parceiros para a resiliência (PFR) do Mali facilitou um processo de reorganização de grupos comunitários existentes em coalizões desde a vila e o município até o nível provincial. Como a terra é o principal meio de produção e seu acesso garante controle sobre os recursos alimentares e não alimentares, o programa PFR se concentrou em desenvolver a capacidade das organizações da sociedade civil para resolver conflitos de uso da terra. A empresa investiu no treinamento das coalizões no sistema de posse da terra e nas leis relevantes, concentrando-se particularmente nas mulheres que não tinham permissão para cultivar um pedaço de terra após a morte de seus maridos. Com esse novo conhecimento, os membros da coalizão foram ensinados a advogar pela aplicação adequada dessas leis. Como resultado, eles fizeram lobby com sucesso para que autoridades eleitas, chefes tradicionais e proprietários de terras não alocassem terras apenas para mulheres, mas também convertessem essa alocação em escrituras locais certificadas. Como resultado, as mulheres membros da comunidade investiram em parcelas para a horta, permitindo-lhes diversificar as fontes de renda e interagir directamente com as autoridades eleitas. As mulheres ganharam confiança, começaram a tomar suas próprias decisões, e algumas delas até estabeleceram sindicatos de mulheres em suas aldeias ou aderiram a conselhos municipais. Quando as mulheres possuem uma propriedade legítima da terra, elas podem investir com segurança nela, e as comunidades se tornam mais resilientes.

ONDE A CHUVA CAI EMPONDERANDO MINORIAS ÉTNICAS E MULHERES PARA LIDERAR A ADAPTAÇÃO COMUNITÁRIA EM ÍNDIA E TAILÂNDIA



As tensões ambientais induzidas pelas mudanças climáticas e os eventos climáticos extremos afectam desproporcionalmente os pequenos agricultores dependentes da agricultura de sequeiro. Minorias étnicas e membros marginalizados da comunidade, como mulheres, são particularmente vulneráveis. Nesse contexto, a CARE iniciou o projecto *Where the Rain Falls (WtRF)* em 2011, que começou como uma pesquisa realizada em 8 países e resultou no lançamento de projectos-piloto de adaptação baseada na comunidade na Índia e na Tailândia. O projecto levou à criação de grupos de trabalho comunitários inclusivos, com igual representação de género e inclusão de indivíduos de minorias étnicas. Esses grupos desenvolveram Planos de Acção Comunitária através dos quais identificaram os principais problemas e prioridades das comunidades em termos de adaptação às mudanças climáticas, incluindo práticas agrícolas sustentáveis, gestão de recursos e diversificação dos meios de subsistência. Paralelamente, foi ministrado treinamento sobre os impactos das mudanças climáticas, e o acesso e a interpretação das informações climáticas foram facilitados para ajudar a orientar as decisões agrícolas dos agricultores em relação a eventos extremos climáticos.

Essa abordagem permitiu a co-propriedade entre os membros da comunidade e aumentou o interesse dos governos locais e ONGs, aumentando a solidariedade entre os membros da comunidade que se organizam para obter acesso a recursos, serviços e mercados. A *WtRF* também trabalhou no aprimoramento da resiliência das agricultoras, desenvolvendo seu treinamento de capacidade em técnicas agrícolas, alfabetização e liderança; empoderar as mulheres, promovendo sua participação activa nas organizações de governança local e facilitando o acesso a insumos, mercados e serviços; e gerar relações de apoio dentro das comunidades e famílias, facilitando assim a tomada de decisões equitativa. Em comparação com as aldeias onde o projecto não foi implementado, a percepção do papel das mulheres nas comunidades mudou positivamente, a confiança das mulheres em levantar questões em público e sua participação nas decisões das comunidades aumentou, e a participação das mulheres em fóruns públicos e tomada de decisão independente também foi aprimorada.

CONTACTOS

SVEN HARMELING

CARE International Global Policy Lead,
mudança climática e resiliência
Plataforma de Mudança Climática e Resiliência da CARE (CCRP)
sharmeling@careclimatechange.org

CAMILLA SCHRAMEK

CARE International Global Communications
Lead, mudança climática e resiliência
Plataforma de Mudança Climática e Resiliência (CCRP)
cschramek@careclimatechange.org

www.careclimatechange.org

Notas Finais

1 Oxfam (2015) Extreme Carbon Inequality https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file_attachments/mb-extreme-carbon-inequality-021215-en.pdf

2 Jonah Busch (2015), Climate Change and Development in Three Charts, https://www.cgdev.org/blog/climate-change-and-development-three-charts#_edn1

3 WFP (2019) The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI): Safeguarding against economic slowdowns and downturns: <https://www.wfp.org/publications/2019-state-food-security-and-nutrition-world-sofi-safeguarding-against-economic>

4 Norwegian Refugee Council: <https://www.nrc.no/what-we-do/speaking-up-for-rights/climate-change/>

5 UNDP (2019) <https://twitter.com/UNDP/status/1121507679782961154>

6 UNDP (2013) Gender and disaster risk reduction: <https://www.undp.org/content/dam/undp/library/gender/Gender%20and%20Environment/PB3-AP-Gender-and-disaster-risk-reduction.pdf>

7 FAO (2018) Tackling Climate Change through Rural Women's Empowerment <http://www.fao.org/3/ca0178en/CA0178EN.pdf>

8 Mary Halton, BBC (2018) Climate change impacts women more than men: <https://www.bbc.com/news/science-environment-43294221>

9 UNDP (2016) Gender and Climate Finance Policy Brief: <https://www.undp.org/content/dam/undp/library/gender/Gender%20and%20Environment/UNDP%20Gender%20and%20Climate%20Finance%20Policy%20Brief%205-WEB.pdf>

10 World Bank (2015), Shock Waves: Managing the Impacts of Climate Change on Poverty, <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/22787/9781464806735.pdf?sequence=13&isAllowed=y>

11 UNEP (2019), Emissions Gap Report 2019- Global progress report on climate action <https://www.unenvironment.org/interactive/emissions-gap-report/2019/>

12 Global Commission on Adaptation (2019), Adapt Now: A global call for leadership on climate resilience: https://cdn.gca.org/assets/2019-09/GlobalCommission_Report_FINAL.pdf

13 OECD (2018), Climate finance from developed to developing countries: 2013-17 public flows, OECD Publishing <https://www.oecd.org/environment/cc/Climate-finance-from-developed-to-developing-countries-Public-flows-in-2013-17.pdf>

14 The most practical measurement available are the OECD gender equality markers, despite their weaknesses. An appropriate target would be to envisage 85% of all funding target gender equality with marker 1 (significant objective), and at least 20% with marker 2 (principal objective): <https://www.oecd.org/dac/gender-development/dac-gender-equality-marker.htm>